

ENTREVISTA DA SEMANA

FLÁVIA MORETTI – PREFEITA DE VÁRZEA GRANDE

“A CÂMARA MUNICIPAL PRECISA DE UM LÍDER QUE GOVERNE PARA O POVO E NÃO FIQUE DE INTRIGAS PESSOAIS.”



PÁGINA 03

ARTIGO

Dinheiro e Amor: Por Que Você Atrai Sempre a Mesma História?



MAIS NA PÁGINA 2

ATAQUE HACKER

“Não podemos aceitar uma situação como essa”, afirma Max Russi sobre ataque ao sistema da SES

Parlamentar classificou a invasão ao sistema da SES como preocupante e alertou para os riscos de ataques cibernéticos em outras áreas estratégicas do governo estadual

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado estadual Max Russi (PSB), afirmou que o Parlamento estadual acompanhará de perto os desdobramentos da invasão ao sistema da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT), caso que ganhou repercussão após a divulgação de informações sobre um técnico de informática que atuava na pasta e que morreu em circunstâncias que passaram a ser debatidas publicamente. O parlamentar classificou o episódio como preocupante e defendeu investimentos mais robustos em segurança da informação para evitar que situações semelhantes atinjam outras áreas estratégicas da administração pública. Pág. 4



EM CONSTRUÇÃO

“SEGUNDO TURNO É QUE DEFINE ALIANÇAS”, DIZ JÚLIO CAMPOS SOBRE ELEIÇÃO DE 2026 EM MT



O deputado estadual Júlio Campos (DEM) afirmou que o cenário político de Mato Grosso para as eleições de 2026 deve ser marcado por disputa no primeiro turno e construção de alianças apenas na etapa final do processo eleitoral. Pág. 7

CONSTRUIR ALIANÇA

“Não há decisão tomada”, diz Lúdio sobre chapa do PT para o Senado em 2026

Deputado estadual afirma que PT de Mato Grosso definirá estratégia eleitoral neste sábado e defende diálogo com senador e ex-ministro Carlos Fávaro.

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) afirmou que o Partido dos Trabalhadores (PT) em Mato Grosso ainda não tomou uma decisão sobre a composição da chapa ao Senado para as eleições de 2026. Segundo ele, qualquer especulação sobre alianças ou candidaturas é precipitada e deve ser discutida com cautela, respeitando o planejamento estratégico do partido.



PANDEMIA SILENCIOSA

Avalone alerta para avanço da crise de saúde mental e cobra fortalecimento da rede de atendimento

Deputado destaca investimentos de R\$ 100 milhões em ações de acolhimento

A crescente incidência de transtornos mentais e o aumento das tentativas de suicídio em Mato Grosso têm acendido um sinal de alerta entre autoridades da área da saúde. Pág. 05



Max Feitosa Milas

† 1984-2026

e amarei para sempre meu irmão



ARTIGO

Dinheiro e Amor: Por Que Você Atrai Sempre a Mesma História?

Você já percebeu que algumas histórias parecem se repetir ao longo da vida?

Muda o cenário, mudam as pessoas, mudam as circunstâncias. Mas, de alguma forma, o resultado parece sempre o mesmo.

Na vida amorosa, algumas pessoas atraem repetidamente parceiros indisponíveis, relacionamentos que não evoluem ou experiências marcadas por abandono e rejeição.

Na vida financeira, outras trabalham muito, mas nunca prosperam. Ganham dinheiro e logo perdem. Crescem profissionalmente, mas encontram obstáculos constantes para manter os resultados.

Embora amor e dinheiro pareçam assuntos distintos, na visão sistêmica eles possuem uma conexão muito mais profunda do que imaginamos.

A forma como nos relacionamos com o amor e com o dinheiro está diretamente ligada às primeiras experiências que tivemos dentro da nossa família.

É na família que

aprendemos, conscientemente e inconscientemente, o que significa receber, pertencer, confiar, merecer e prosperar.

Muitas vezes, sem perceber, repetimos padrões herdados por lealdades invisíveis.

São comportamentos, crenças e escolhas que não surgem apenas da nossa vontade individual, mas de vínculos profundos com o sistema familiar.

Quando esses movimentos permanecem inconscientes, tendemos a validar exatamente aquilo que aprendemos.

Escolhemos relacionamentos que confirmam nossas crenças sobre amor.

Criamos resultados financeiros que reforçam nossas crenças sobre dinheiro.

E assim os ciclos se repetem.

Recentemente, em um processo terapêutico, uma cliente — cujo nome aqui será chamado de Joana, preservando sua identidade — chegou afirmando que os homens não queriam mais compromisso.

Segundo ela, apenas homens confusos, emocionalmente indisponíveis ou incapazes de construir uma



relação sólida apareciam em sua vida.

Durante o atendimento, tornou-se evidente uma relação profundamente difícil com o pai.

Havia mágoas, julgamentos e uma distância emocional significativa.

Sem perceber, Joana havia desenvolvido uma postura defensiva diante do masculino.

Na visão sistêmica, o pai representa o primeiro contato de uma filha com a energia masculina.

Quando essa relação permanece marcada por

conflitos, muitas mulheres passam a buscar, nos relacionamentos amorosos, uma reparação inconsciente daquilo que não conseguiram viver com o pai.

O resultado é que, muitas vezes, atraem exatamente relações que reproduzem a mesma dinâmica emocional já conhecida.

A questão não é falta de amor.

A questão é repetição de padrão.

O mesmo ocorre com o dinheiro.

Em inúmeros atendimentos, observo pessoas

que afirmam desejar prosperidade, crescimento e abundância, mas que carregam conflitos profundos com suas origens familiares.

Algumas rejeitam seus pais.

Outras carregam julgamentos sobre a forma como a família lidava com dinheiro.

Há ainda aquelas que cresceram ouvindo frases como:

“Dinheiro é sofrimento.”

“Quem tem dinheiro perde a humildade.”

“Rico não presta.”

“Na nossa família ninguém prospera.”

Mesmo quando racionalmente desejam uma realidade diferente, continuam vinculadas emocionalmente às crenças do sistema.

E, por lealdade inconsciente, acabam repetindo resultados semelhantes.

Outro princípio importante da visão sistêmica é que toda exclusão gera consequências.

Quando alguém é rejeitado, esquecido, condenado ou apagado da história familiar, o sistema busca formas de restaurar seu pertencimento.

Inconscientemente, outros membros podem repetir destinos difíceis para trazer visibilidade àquele que foi excluído.

É por isso que determinados padrões atravessam gerações, como dependências químicas, falências recorrentes, relacionamentos destrutivos, violência, perdas financeiras repetidas ou dificuldades

afetivas persistentes.

Muitas vezes, a pessoa acredita que o problema começou nela.

Mas, na realidade, ela pode estar conectada a uma história muito anterior à sua própria existência.

O mais profundo é compreender que essas repetições geralmente nascem de um movimento inconsciente de amor.

Alguém sofre para que outro não seja esquecido.

Alguém fracassa para permanecer pertencendo.

Alguém abre mão da prosperidade para não ultrapassar aqueles que vieram antes.

Alguém permanece em relacionamentos dolorosos para continuar fiel a histórias antigas do sistema.

Por isso, tanto no amor quanto no dinheiro, a verdadeira transformação começa quando temos coragem de olhar para as raízes.

Quando reconhecemos a origem dos padrões, devolvemos a cada pessoa o que lhe pertence e restauramos os vínculos familiares de forma saudável.

A partir desse movimento, deixamos de repetir automaticamente o passado e passamos a construir uma história diferente.

Porque prosperidade e amor não dependem apenas do que fazemos.

Dependem também daquilo que carregamos, muitas vezes sem perceber.

E aquilo que pode ser visto, também pode ser transformado.

Simone Bernardino

EDITORIAL

VOTO CONSCIENTE



Em períodos eleitorais, cresce a circulação de promessas, discursos emocionados e propostas que, muitas vezes, parecem resolver problemas históricos de forma simples. É justamente nesse cenário que se torna ainda mais importante a reflexão sobre a escolha do voto.

Avaliar quem irá ocupar cargos públicos não deve ser um ato guiado apenas por simpatia, identidade partidária ou discursos de ocasião. O voto é uma decisão com impacto direto na vida cotidiana: na saúde, na educação, na infraestrutura, na segurança e na gestão dos recursos públicos.

Por isso, é fundamental observar a trajetória dos candidatos, sua coerência ao longo do tempo, suas responsabilidades anteriores e a capacidade real de executar aquilo que defendem em campanha. Promessas devem ser ana-

lisadas com cautela, especialmente quando não vêm acompanhadas de planejamento, dados ou histórico de entrega.

Também é importante considerar o comportamento público dos postulantes ao longo do mandato, ou de suas atuações anteriores em cargos políticos, administrativos ou representativos. A forma como lidam com o diálogo institucional, com a fiscalização e com a prestação de contas diz muito

sobre como poderão agir no exercício do poder.

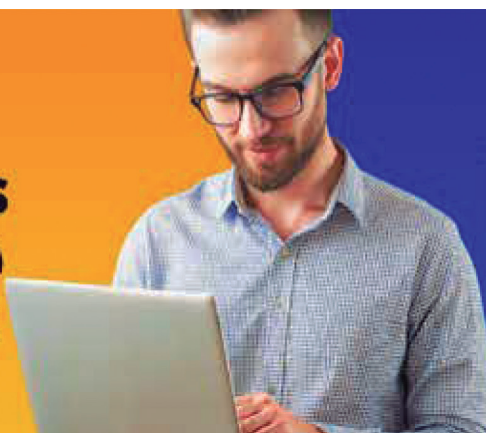
Outro ponto essencial é buscar informação de diferentes fontes, evitando decisões baseadas apenas em recortes de redes sociais ou conteúdos descontextualizados. O acesso a informações mais amplas ajuda a reduzir distorções e amplia a capacidade de análise.

O voto consciente não significa perfeição na escolha, mas sim responsabilidade na decisão. Em uma

democracia, cada eleição é uma oportunidade de correção de rumos, e essa possibilidade depende diretamente da atenção e do critério de cada eleitor.

Mais do que uma obrigação formal, o voto é uma forma de participação ativa na construção do futuro coletivo. E quanto mais qualificada for a avaliação de quem recebe esse voto, mais fortalecidas tendem a ser as instituições e a própria vida pública.

UM MILHÃO/MÊS DE ACESSOS



CENTRO OESTE
Popular 26
ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

FLÁVIA MORETTI – PREFEITA DE VÁRZEA GRANDE

ANA CAROLINA GUERRA

“A Câmara Municipal precisa de um líder que governe para o povo e não fique de intrigas pessoais.”



Centro Oeste Popular – A realização da ExpoVG gerou grande repercussão e dividiu opiniões. Enquanto muitos comemoraram o retorno de um evento que não acontecia há mais de 20 anos em Várzea Grande, críticos argumentaram que os recursos poderiam ter sido destinados a outras áreas consideradas prioritárias. Como a senhora responde a essas críticas e quais resultados concretos a ExpoVG trouxe para a economia, o turismo, a geração de renda e a imagem do município?

Flávia Moretti – Foram quatro dias de evento que, antes de tudo, tiveram como objetivo o resgate da história de Várzea Grande. A proposta foi retomar uma tradição importante do município, que chegou a ser interrompida há cerca de 21 anos após um episódio trágico. A ideia foi justamente devolver à população uma celebração que sempre fez parte da identidade da cidade. Assim como ocorre em todo o Brasil, os municípios comemoram seus aniversários, e não fazia sentido Várzea Grande ficar sem essa celebração. Foi um sonho que conseguimos tirar do papel e que, na minha avaliação, superou todas as expectativas — tanto minhas quanto da própria população. Em relação às críticas, eu entendo que elas acabam vindo, muitas vezes, de quem não participou ou não acompanhou o evento de perto. Quem esteve presente viu uma festa organizada, com espaços bem estruturados, áreas de alimentação, parquinho para crianças e atrações para toda a família. Era possível ver pessoas indo apenas para levar os filhos, outras para se alimentar ou simplesmente aproveitar o ambiente. Do ponto de vista da organização, tivemos um trabalho cuidadoso, especialmente na estrutura do parquinho e na logística das filas de alimentação, o que foi reconhecido por muitos participantes. Além disso, o evento também gerou impacto econômico significativo, com movimentação superior a R\$ 33 milhões na economia local, aumento de cerca de 30% na ocupação da rede hoteleira em comparação ao ano anterior e cerca de 110 mil pessoas circulando em quatro dias. Outro ponto importante foi a segurança: não tivemos registros relevantes de ocorrências, apenas um caso pontual de furto de celular, que foi rapidamente resolvido. Não houve brigas, não houve situações graves, o que demonstra o sucesso também nesse aspecto. Além disso, aproximadamente 15 mil pessoas utilizaram o transporte público gratuito disponibilizado durante o evento, o que contribuiu para a mobilidade e o acesso da população. No geral, foi um evento de grande porte, bem-sucedido e que

movimentou não apenas Várzea Grande, mas também refletiu positivamente na economia de Cuiabá e de toda a região.

Centro Oeste Popular – Prefeita, a falta de água é um dos problemas mais antigos e recorrentes de Várzea Grande. Muitos moradores convivem com essa realidade há décadas e, quando cheguei à cidade, em 2016, essa já era uma das principais reclamações da população. Com as mudanças que estão sendo implementadas no DAE, a senhora acredita que esse problema será definitivamente solucionado? Qual é o prazo para que os moradores percebam uma melhora efetiva no abastecimento? Ou existe o risco de que essa continue sendo uma pauta presente nos próximos anos?

Flávia Moretti – O Departamento de Água e Esgoto (DAE) precisa, de fato, de investimentos estruturais, e esse é um trabalho que já vem sendo iniciado desde o ano passado. Nós já estamos executando uma série de ações importantes, como a implantação de cinco reservatórios de água, que vão ampliar significativamente a capacidade de armazenamento, somando mais de 10 milhões de litros. Isso vai permitir uma melhor distribuição nos bairros e reduzir a necessidade de revezamento no abastecimento. Já há resultados perceptíveis em algumas regiões, como no bairro São Mateus, onde houve melhora no fornecimento. Também estamos atuando fortemente no combate a vazamentos. Em pouco tempo de gestão, a atual equipe do DAE já realizou intervenções em diversos bairros, com frentes de trabalho voltadas especificamente para correção de perdas e manutenção da rede. É importante lembrar que são 243 bairros, o que exige planejamento e execução gradual, não sendo possível resolver tudo de forma imediata. Além disso, estamos avançando em obras estruturantes de interligação de redes, como no Morro do Urubu e na região do Paiaguás. Inclusive, estamos executando uma rede de água na região da Júlio Campos, onde não havia cobertura adequada, justamente para garantir que essas áreas deixem de sofrer com a falta de abastecimento. Paralelamente a essas intervenções imediatas, estamos trabalhando na solução de longo prazo, que é a concessão privada do sistema. O diagnóstico já foi protocolado no Tribunal de Contas do Estado e, a partir de junho, será aberta a consulta pública do plano de saneamento básico, que inclui audiências públicas e a revisão do planejamento do setor. Depois dessa etapa, o processo segue para a Câmara Municipal, com a renovação do plano de saneamento e, posteriormente, a modelagem da concessão. Trata-se de um contrato estruturado para garantir investimentos contínuos e melhoria definitiva do sistema. A expectativa é que, com todas essas etapas avançando dentro do cronograma, a concessão esteja estruturada e em andamento até o próximo ano, trazendo

de uma solução mais definitiva para os problemas históricos de abastecimento de água no município.

Centro Oeste Popular – Apesar dos avanços conquistados nos últimos anos, as mulheres ainda enfrentam desafios para ocupar espaços de liderança na política. Ao assumir a gestão de Várzea Grande, quais barreiras a senhora encontrou e como tem lidado com elas? Além disso, qual mensagem deixaria para mulheres que desejam ingressar na vida pública, mas ainda enxergam esse ambiente como um espaço de difícil acesso?

Flávia Moretti – O maior desafio que eu enfrento na política é, sem dúvida, a superação do machismo ainda muito presente nesse ambiente. Existem pessoas que não aceitam facilmente a liderança de uma mulher, tanto homens quanto, em alguns casos, mulheres que acabam reproduzindo uma cultura machista já enraizada. Esse é um desafio diário: mostrar que uma mulher pode, sim, exercer liderança, governar, gerir a coisa pública com competência, responsabilidade e capacidade de entrega. É isso que tenho buscado demonstrar na prática, com transparência e resultados. Mais do que enfrentar essa barreira, eu também procuro inspirar outras mulheres. Sempre digo que cada uma pode exercer liderança no seu espaço — seja no bairro, em uma associação, na igreja ou em qualquer organização comunitária. Mas a política exige um passo a mais: coragem, resiliência e disposição para enfrentar desafios maiores. E é isso que reforço para as mulheres: é possível ocupar esses espaços, mas é preciso acreditar, ter coragem e persistência para seguir nesse caminho.

Centro Oeste Popular – Recentemente a senhora explicou que os recursos encaminhados à Câmara têm como finalidade viabilizar a implantação do Hospital e Maternidade de Várzea Grande, incluindo o pagamento dos serviços de terraplanagem, orçados em cerca de R\$ 5,8 milhões. Com a liberação desse valor e considerando o cronograma firmado junto à Caixa Econômica Federal, em que fase está atualmente o projeto? Quando a população poderá ver o início efetivo das obras das fundações e qual é a previsão para a entrega dessa importante estrutura de saúde para o município?

Flávia Moretti – Esse recurso está claramente previsto na legislação encaminhada à Câmara e é destinado à implantação do hospital e maternidade de Várzea Grande. A aplicação desse valor ocorre na forma de custeio, porque envolve serviços já executados e em execução, como a terraplanagem da área. Essa etapa da obra está praticamente concluída e o pagamento ainda não havia sido efetivado. Com a liberação do recurso, será

possível regularizar essa despesa e avançar para a próxima fase do projeto, que é o início das fundações da maternidade. Trata-se de um cronograma já pactuado e assinado junto à Caixa Econômica Federal, o que reforça a necessidade de continuidade da obra dentro dos prazos estabelecidos. Os R\$ 5,8 milhões são destinados à área total da maternidade e foram viabilizados por meio de emendas parlamentares, incluindo recursos oriundos do Governo Federal. A medida garante a execução do projeto e a manutenção do andamento da obra, que é considerada estratégica para a rede de saúde do município.

Em um momento marcado por debates intensos sobre gestão pública, investimentos e relação entre os poderes, a prefeita de Várzea Grande, Flávia Moretti, detalhou as principais ações de sua administração e respondeu a questionamentos sobre temas que têm gerado repercussão no município.

Na conversa, abordou desde a realização da ExpoVG e seus impactos econômicos e sociais, até questões estruturais históricas como o abastecimento de água e os investimentos no Departamento de Água e Esgoto (DAE). Também comentou o andamento de obras estratégicas na área da saúde, como a implantação do Hospital e Maternidade de Várzea Grande, além da tramitação de recursos junto à Câmara Municipal.

A relação com o Legislativo, marcada por divergências e episódios de judicialização, também foi tema da entrevista, assim como a atuação política da gestão e os desafios enfrentados por mulheres na liderança de cargos públicos. Ao longo da conversa, a prefeita destacou ainda o planejamento de longo prazo da administração e a expectativa de avanços em áreas consideradas prioritárias para o município.

Flávia Moretti – Não diria que a Câmara de Vereadores é ruim. O que vejo é um problema de condução. Toda instituição depende de liderança, e cabe ao presidente da Casa organizar os trabalhos, construir consensos e garantir que o Legislativo cumpra seu papel de atender aos interesses da população. Na minha avaliação, o atual presidente não tem exercido essa função da forma que deveria. Muitas vezes, decisões acabam sendo pautadas por interesses políticos e pessoais, quando o foco deveria estar nas necessidades da cidade. Eu não governo para enfrentar o presidente da Câmara, nem para beneficiar este ou aquele grupo político. Governo para atender a população. A prova disso é que, quando projetos importantes chegam ao plenário, muitos vereadores compreendem a sua relevância. Em uma votação recente de uma matéria orçamentária, mesmo com ausências na sessão, obtivemos amplo apoio. Isso demonstra que os parlamentares entendem que uma lei orçamentária não beneficia a prefeita, mas permite que a Prefeitura preste serviços à população. Por isso, o problema não está na Câmara como instituição, nem nos vereadores de forma geral. O problema está na forma como a Casa vem sendo conduzida. O que espero é uma relação institucional baseada no diálogo, no respeito entre os poderes e, principalmente, no compromisso com os interesses da cidade.

Centro Oeste Popular – Nas últimas semanas, foi divulgado que cerca de R\$ 15 milhões destinados à saúde do município permanecem sem liberação devido à tramitação e votações na Câmara Municipal. Caso esse impasse entre o Executivo e o Legislativo continue, qual é o plano da sua gestão para garantir que a população não seja prejudicada com a falta de atendimentos, exames, medicamentos e outros serviços essenciais de saúde?

Flávia Moretti – Bom, primeiro é importante destacar que parte desses recursos já foi liberada, como os R\$ 5,8 milhões. Ainda restam aproximadamente R\$ 9 milhões na área da saúde, além de novos projetos e emendas que devem ser encaminhados à Câmara, somando cerca de mais R\$ 8 milhões. Nós também estamos recebendo novos recursos provenientes de emendas do Governo Federal, do Governo Estadual, de deputados estaduais, federais e senadores. Esse fluxo de recursos tem aumentado agora, especialmente porque estamos nos aproximando do prazo final de envio, que se encerra em 30 de junho deste ano, em função do calendário eleitoral. Por isso, estamos consolidando todas essas informações para encaminhar novos projetos de lei orçamentária, contemplando não só a saúde, mas outras áreas prioritárias do município. Em relação ao chamado “plano B”, ele envolve principalmente duas frentes: a articulação política junto ao Legislativo para garantir a aprovação das matérias necessárias e, ao mesmo tempo, a utilização dos instrumentos legais disponíveis. Existe uma ação em curso no âmbito do Tribunal de Justiça, envolvendo uma discussão de constitucionalidade, que está sob análise da Procuradoria-Geral de Justiça. Após o parecer, o processo retorna ao Tribunal para decisão. O objetivo é assegurar o equilíbrio orçamentário do município e garantir a execução do orçamento de forma eficiente, respeitando a legislação e preservando a capacidade de gestão da Prefeitura.

Centro Oeste Popular – Os embates entre a Prefeitura e a Câmara Municipal têm sido frequentes e, muitas vezes, acabam ganhando mais destaque do que as pautas de interesse da população. Na sua avaliação, por que a relação entre Executivo e Legislativo chegou a esse nível de desgaste? E que tipo de postura ou ambiente de diálogo a senhora considera ideal para conseguir governar e entregar resultados para a cidade?

Flávia Moretti – No início da gestão, procurei construir uma relação de diálogo e cooperação com a Câmara Municipal e com o presidente da Casa. Houve diversas conversas e atendemos demandas importantes apresentadas pelo Legislativo. Um exemplo foi a cessão da antiga sede do Fórum, uma reivindicação que acolhemos. Além disso, realizamos investimentos para adequar espaços públicos, como a construção do estacionamento do Fórum e da nova sede da Guarda Municipal. Sempre mantivemos uma postura aberta ao diálogo e buscamos construir entendimentos. No entanto, em determinado momento, percebi uma mudança nessa relação. Depois de consolidar sua posição na Câmara, o presidente passou a adotar uma postura mais distante da Prefeitura, dificultando o diálogo institucional que existia anteriormente. A partir daí, muitas portas foram se fechando e a relação se tornou mais difícil. O que sempre defendi foi uma atuação conjunta entre os poderes, com respeito à independência de cada um, mas também com responsabilidade para buscar soluções para a cidade.

Centro Oeste Popular – A senhora chegou à Prefeitura defendendo uma postura de diálogo e cooperação institucional, inclusive em pautas que envolvem governos de correntes políticas diferentes. No entanto, a relação com a Câmara tem sido marcada por disputas judiciais e confrontos públicos. Portanto entende que houve falhas de articulação política da Prefeitura nesse processo? Em algum momento acredita que os conflitos poderiam ter sido resolvidos na mesa de negociação, sem a necessidade de intervenção do Judiciário?

Flávia Moretti – No início da gestão, procurei construir uma relação de diálogo e cooperação com a Câmara Municipal e com o presidente da Casa. Houve diversas conversas e atendemos demandas importantes apresentadas pelo Legislativo. Um exemplo foi a cessão da antiga sede do Fórum, uma reivindicação que acolhemos. Além disso, realizamos investimentos para adequar espaços públicos, como a construção do estacionamento do Fórum e da nova sede da Guarda Municipal. Sempre mantivemos uma postura aberta ao diálogo e buscamos construir entendimentos. No entanto, em determinado momento, percebi uma mudança nessa relação. Depois de consolidar sua posição na Câmara, o presidente passou a adotar uma postura mais distante da Prefeitura, dificultando o diálogo institucional que existia anteriormente. A partir daí, muitas portas foram se fechando e a relação se tornou mais difícil. O que sempre defendi foi uma atuação conjunta entre os poderes, com respeito à independência de cada um, mas também com responsabilidade para buscar soluções para a cidade.

O problema do DAE finalmente vai ser solucionado

ATAQUE HACKER

LUCAS LEITE

“Não podemos aceitar uma situação como essa”, afirma Max Russi sobre ataque ao sistema da SES

Parlamentar classificou a invasão ao sistema da SES como preocupante e alertou para os riscos de ataques cibernéticos em outras áreas estratégicas do governo estadual

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado estadual Max Russi (PSB), afirmou que o Parlamento estadual acompanhará de perto os desdobramentos da invasão ao sistema da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT), caso que ganhou repercussão após a divulgação de informações sobre um técnico de informática que atuava na pasta e que morreu em circunstâncias que passaram a ser debatidas publicamente. O parlamentar classificou o episódio como preocupante e defendeu investimentos mais robustos em segurança da informação para evitar que situações semelhantes atinjam outras áreas estratégicas da administração pública.

Além da questão envolvendo a Secretaria de Saúde, Russi também falou sobre a criação de mecanismos de maior transparência para a destinação de emendas parlamentares, confirmou o avanço do projeto de implantação do hospital veterinário público estadual em Cuiabá, comentou sobre o concurso da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e voltou a defender a atuação da Assembleia na disputa territorial entre Mato Grosso e Pará, atualmente em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF).

Questionado sobre a invasão ao sistema da Secretaria de Saúde e sobre as informações divulgadas pela imprensa envolvendo um técnico de informática da pasta, Russi afirmou que tomou conhecimento do caso pelos veículos de comunicação e destacou a gravidade da situação.

Segundo ele, a possibilidade de invasão de sistemas públicos exige atenção imediata do Estado, principalmente por envolver dados estratégicos e informações essenciais para o funcionamento dos serviços públicos.

“O que aconteceu é muito preocupante. Nós temos uma empresa pública do Estado, a MTI, que conta com bons profissionais, e não podemos aceitar



uma situação como essa”, afirmou.

O deputado ressaltou que o caso ganha ainda mais relevância por ocorrer em um momento em que a Assembleia conduz investigações relacionadas à área da saúde por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Para ele, a eventual perda de informações pode dificultar o trabalho dos parlamentares e comprometer o acesso a documentos importantes.

“Se conseguem invadir a Secretaria de Saúde e apagar informações, imagina se isso acontece na Secretaria de Fazenda ou na Secretaria de Segurança Pública. O impacto seria enorme para a população e para o funcionamento do Estado”, observou.

Max Russi defendeu que o governo estadual amplie os investimentos em tecnologia e proteção de dados para evitar novos ataques. Segundo ele, a digitalização dos serviços públicos exige sistemas cada vez mais seguros e preparados para enfrentar tentativas de invasão.

O presidente da ALMT considerou preocupante o fato de o episódio ter ocorrido meses antes de se tornar público. Para ele, a situação precisa ser devidamente esclarecida pelos órgãos responsáveis.

“É algo que precisa ser averiguado. O Estado tem que tomar providências e a As-

sembleia vai acompanhar isso de perto para entender exatamente o que aconteceu e quais medidas precisam ser adotadas”, disse.

Apesar das especulações sobre uma possível relação entre a invasão do sistema e os trabalhos da CPI da Saúde, Russi evitou fazer qualquer associação direta antes da conclusão das investigações.

Ele afirmou respeitar as manifestações de parlamentares que defendem essa hipótese, mas destacou que cabe à comissão buscar os esclarecimentos necessários.

“A CPI tem a obrigação de levantar todas as informações. Eu particularmente quero acreditar que não exista uma relação direta, mas, se houver qualquer indício, a comissão precisa investigar e buscar respostas”, declarou. Max reforçou que órgãos públicos devem possuir mecanismos de proteção capazes de garantir a preservação dos dados mesmo diante de ataques cibernéticos.

Ele citou a própria Assembleia Legislativa como exemplo de estrutura que mantém cópias de segurança das informações em locais distintos.

“Se um hacker invadir a Assembleia e apagar tudo, nós temos sistemas de armazenamento em outras unidades. Isso é o mínimo que se espera de instituições públicas de grande porte”, afirmou.

co é importante”, declarou.

Segundo ele, as emendas parlamentares cumprem papel relevante ao direcionar investimentos para setores e municípios que, muitas vezes, não são contemplados pelas ações prioritárias do governo estadual.

Ainda assim, o parlamentar destacou que a origem pública dos recursos exige prestação de contas constante.

“As emendas são importantes porque levam investimentos para diversas regiões do Estado. Mas é dinheiro público, e nós temos a obrigação de mostrar como está sendo aplicado”, afirmou.

Max Russi confirmou que o projeto do hospital veterinário público estadual está avançando e deve entrar em uma nova etapa nos próximos meses.

Segundo o deputado, a proposta estava em análise na Procuradoria-Geral do Estado e, após a conclusão dessa fase, seguirá para o processo licitatório.

“É algo concreto e importante para Mato Grosso. O recurso já está garantido e os trâmites estão avançando”, afirmou.

O parlamentar explicou que ainda não é possível estabelecer uma data exata para o início do funcionamento da unidade, uma vez que o projeto depende do cumprimento de etapas legais, incluindo licitação, contratação da empresa responsável e execução das obras.

“Não dá para dizer se serão 90 dias, 120 dias ou seis meses. Existem procedimentos que precisam ser respeitados e até possíveis questionamentos judiciais podem surgir durante o processo”, explicou.

Apesar disso, Russi demonstrou confiança de que o hospital esteja em funcionamento ao longo de 2026.

“Se não houver nenhum grande obstáculo, acredito que teremos o hospital veterinário funcionando em 2026”, afirmou.

Embora a unidade seja instalada em Cuiabá, Russi ressaltou que o hospital não terá

atendimento restrito à capital.

Segundo ele, trata-se de um investimento estadual que beneficiará moradores de diferentes municípios, especialmente da Baixada Cuiabana.

“É um hospital para todo Mato Grosso. Naturalmente, Cuiabá e Várzea Grande serão bastante beneficiadas pela localização, mas o projeto é estadual”, explicou.

O presidente da Assembleia também defendeu a expansão futura do modelo para outras regiões mato-grossenses.

“Começamos pela capital porque ela concentra a maior população e uma demanda significativa. Depois disso, podemos discutir novas unidades em outras regiões do Estado”, afirmou.

Em relação à situação dos candidatos aprovados no concurso público da Seduc que aguardam convocação. O deputado reconheceu a importância dos concursos públicos para o fortalecimento dos serviços estaduais e disse compreender a expectativa dos aprovados.

“Todo concurso é importante para o Estado. Quando existe necessidade de pessoal, é importante que haja o chamamento”, declarou.

Segundo ele, diversas manifestações chegaram por meio das redes sociais, mas ainda não houve uma reunião presencial com representantes da categoria.

Russi defendeu que o governo avalie a possibilidade de prorrogar o prazo de validade do certame, permitindo futuras convocações.

“Se existe a possibilidade legal de prorrogação por mais dois anos, considero importante manter esse cadastro de reserva ativo para que essas pessoas tenham oportunidade de serem chamadas”, afirmou.

No entanto, o parlamentar lembrou que a decisão final cabe à Secretaria de Educação e ao governo estadual.

“A Assembleia pode fazer o pedido e a cobrança, mas a decisão administrativa é do Executivo”, pontuou.

SÃO MAIS DE
30.000 MIL EXEMPLARES
ENTREGUES GRATUITAMENTE

É O JORNAL CENTRO OESTE POPULAR NAS RUAS.

CENTRO OESTE
Popular

CONSTRUIR ALIANÇA

LUCAS LEITE

“Não há decisão tomada”, diz Lúdio sobre chapa do PT para o Senado em 2026

Deputado estadual afirma que PT de Mato Grosso definirá estratégia eleitoral neste sábado e defende diálogo com senador e ex-ministro Carlos Fávaro

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) afirmou que o Partido dos Trabalhadores (PT) em Mato Grosso ainda não tomou uma decisão sobre a composição da chapa ao Senado para as eleições de 2026. Segundo ele, qualquer especulação sobre alianças ou candidaturas é precipitada e deve ser discutida com cautela, respeitando o planejamento estratégico do partido.

“Não há decisão tomada ainda”, disse Lúdio, ressaltando que a direção estadual do PT realizará uma reunião neste sábado para deliberar sobre a estratégia eleitoral. O parlamentar defendeu que o PT ocupe a segunda vaga ao Senado em uma chapa com o senador e ex-ministro Carlos Fávaro (PSD), que não possui candidatura à reeleição.

Para Lúdio Cabral, é fundamental que o partido mantenha diálogo e sintonia com Fávaro antes de qualquer definição, garantindo que a chapa seja construída de forma coerente com os interesses do Estado e do próprio PT. “A decisão sobre a composição da chapa ao Senado deve ser feita em diálogo e em sintonia com o Fávaro. Qualquer especulação fora desse caminho, em minha opinião, é precipitar um debate que ainda não está colocado”, afirmou.

O deputado refor-

çou ainda que a reunião deste sábado terá caráter decisivo para a definição das estratégias do PT em Mato Grosso, mas que é essencial que haja unidade interna antes de anunciar qualquer candidatura. Segundo ele, o partido precisa avaliar critérios como representatividade, potencial eleitoral, histórico de gestão e capacidade de articulação política.

O PT em Mato Grosso tem uma trajetória consolidada na política estadual, com atuação em diferentes governos e presença significativa em prefeituras, assembleias e câmaras municipais. Historicamente, o partido busca ocupar cargos estratégicos para ampliar sua influência e garantir que políticas públicas voltadas à população sejam priorizadas.

Nas últimas eleições, o PT conseguiu consolidar alianças importantes, tanto em âmbito estadual quanto nacional, o que permitiu a eleição de representantes para cargos legislativos e executivos. Para 2026, o partido mira não apenas ampliar sua presença, mas também fortalecer sua relevância nas decisões políticas que impactam o desenvolvimento de Mato Grosso.

De acordo com Lúdio Cabral, o contexto de 2026 exige que o PT tome decisões com base em critérios estrat-



tégicos, considerando não apenas interesses partidários, mas também a viabilidade eleitoral e a construção de alianças sólidas com outras forças políticas. “O debate precisa ser feito internamente e com responsabilidade. A sociedade espera que o PT apresente candidatos alinhados com seus princípios e com o melhor interesse do Estado”, afirmou.

Para o deputado, a disputa pela segunda vaga ao Senado é estratégica, pois permite ao PT ampliar sua representação em Brasília e ter mais influência na formulação de políticas públicas. Segundo ele, a escolha do candidato certo deve levar em conta não apenas popularidade, mas também capacidade de articulação política

e comprometimento com projetos que beneficiem a população mato-grossense.

“O PT deve ocupar a segunda vaga ao Senado, mas é preciso fazer isso de maneira planejada e responsável, garantindo que as decisões respeitem o contexto político de Mato Grosso”, acrescentou Lúdio. Ele destacou que uma chapa bem estruturada pode fortalecer a imagem do partido e criar condições para que políticas estaduais e nacionais sejam implementadas de forma mais eficaz.

Lúdio Cabral enfatizou que a articulação com Carlos Fávaro é essencial para consolidar uma chapa competitiva. Segundo ele, Fávaro, que já ocupou cargos importantes na administração estadu-

al e federal, possui experiência administrativa e ampla capacidade de diálogo político, características consideradas estratégicas para uma campanha vitoriosa.

“É fundamental que o PT estabeleça diálogo com Fávaro para garantir que a chapa ao Senado tenha força eleitoral, mas também coerência política. Estamos falando de decisões que impactam o Estado e o partido”, explicou Lúdio.

O deputado ressaltou ainda que a unidade interna do PT é indispensável para evitar divisões e garantir que a candidatura escolhida seja fortalecida por todas as instâncias do partido. Ele reforçou que a direção nacional deve respeitar as decisões tomadas pelo PT

de Mato Grosso, evitando interferências prematuras. “Espero, sinceramente, que a direção nacional do PT saiba respeitar a decisão do senhor estadual e aguarde a definição que o PT de Mato Grosso vai tomar”, disse.

Segundo Lúdio, as eleições de 2026 representam um momento estratégico para o PT, pois serão decisivas para consolidar sua posição política no Estado. Além da vaga ao Senado, o partido também terá que definir alianças, apoiar candidatos a outros cargos e estruturar uma estratégia que fortaleça sua base eleitoral.

“O cenário eleitoral de 2026 exige planejamento e responsabilidade. Não podemos tomar decisões precipitadas que possam comprometer o desempenho do PT e, consequentemente, o interesse da população”, afirmou.

O deputado acredita que, ao manter diálogo interno, respeitar critérios técnicos e estratégicos, e fortalecer alianças políticas, o PT terá condições de apresentar candidaturas competitivas e coerentes com os interesses do Estado. Segundo ele, a população mato-grossense espera que os partidos escolham representantes comprometidos, capazes de atuar de forma eficaz no Senado e em outras esferas de poder.

PANDEMIA SILENCIOSA

ANA CAROLINA GUERRA

Avalone alerta para avanço da crise de saúde mental e cobra fortalecimento da rede de atendimento

Deputado destaca investimentos de R\$ 100 milhões em ações de acolhimento

A crescente incidência de transtornos mentais e o aumento das tentativas de suicídio em Mato Grosso têm acendido um sinal de alerta entre autoridades da área da saúde. O tema foi destaque pelo deputado estadual Carlos Avalone (PSDB), que classificou o cenário atual como uma das maiores preocupações sociais enfrentadas pelo Estado.

Segundo o parlamentar, o sofrimento emocional tem atingido públicos cada vez mais diversos, incluindo crianças, adolescentes, adultos e idosos, exigindo uma resposta mais rápida e eficiente do poder público.

“Os números são assustadores. Em Cuiabá, chegam a ser registradas até cinco tentativas de suicídio por dia. É uma realidade que exige atenção de toda a sociedade e do poder público”, afirmou.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que mais de 700 mil pessoas tiram a própria



vida todos os anos no mundo. No Brasil, são aproximadamente 14 mil mortes anuais, o equivalente a cerca de 38 suicídios por dia. Entre os jovens de 15 a 29 anos, o suicídio já figura entre as principais causas de morte.

Para Avalone, embora o estado tenha avançado na ampliação da assistência psicológica e psiquiátrica, a estrutura ainda está

distante da necessidade real da população. O deputado defende que a saúde mental seja tratada como prioridade nas políticas públicas estaduais.

Entre as iniciativas já implementadas, destacou a destinação de aproximadamente R\$ 100 milhões para fortalecer a rede de acolhimento nos municípios. Os recursos estão sendo utilizados na im-

plantação e ampliação de unidades especializadas para atendimento de pessoas em sofrimento psíquico.

Outro desafio apontado pelo parlamentar é a capacitação dos profissionais que atuam na atenção básica. Segundo ele, muitos servidores da rede pública ainda não possuem treinamento adequado para identificar sinais precoces

de transtornos mentais e situações de risco.

“Precisamos capacitar melhor os profissionais que estão na ponta. São eles que visitam as famílias, acompanham pacientes e podem identificar sinais de alerta antes que a situação se agrave”, ressaltou.

Além disso, também demonstrou preocupação com a falta de estruturas especializadas para atender pacientes em situações de crise, especialmente crianças e adolescentes que apresentam surtos ou necessitam de acompanhamento imediato.

Durante a entrevista, informou que equipes técnicas do Ministério da Saúde participam de discussões em Mato Grosso para desenvolver estratégias voltadas ao fortalecimento da assistência em saúde mental. A proposta é construir modelos de atendimento que possam servir de referência para outras regiões do país.

Na avaliação do parlamentar, fatores como o uso

excessivo das redes sociais, a sobrecarga de informações, as transformações nas relações sociais e as pressões da vida moderna podem estar contribuindo para o aumento dos casos de ansiedade, depressão e outros transtornos emocionais.

“Estamos vivendo uma grande pandemia nessa área. Precisamos discutir esse tema sem preconceitos e ampliar o acolhimento para quem sofre”, concluiu.

SERVIÇO

Especialistas alertam que pensamentos frequentes sobre morte, isolamento social repentino, perda de interesse por atividades antes prazerosas e frases relacionadas à desesperança podem indicar sofrimento emocional grave. Nesses casos, a orientação é procurar atendimento médico especializado e buscar apoio junto aos serviços de saúde mental disponíveis no município.

CICLO PERSISTENTE

ANA CAROLINA GUERRA

Brasil atinge 81,7 mi de inadimplentes e enfrenta crise estrutural no endividamento das famílias

Mesmo com desemprego em baixa, número de brasileiros endividados dispara

O Brasil alcançou, em 2026, um marco preocupante no cenário econômico, com aproximadamente 81,7 milhões de pessoas inadimplentes, segundo dados divulgados pelo Serasa. O número representa um crescimento de 38,1% em relação a 2016 e consolida uma tendência de alta que vem se mantendo ao longo da última década, independentemente de variações na taxa básica de juros. Mais do que um fenômeno pontual, o avanço do endividamento revela um problema estrutural nas finanças das famílias brasileiras.

O levantamento mostra que, além do aumento no número de inadimplentes, o valor total das dívidas cresceu 176% no período, enquanto a dívida média por consumidor avançou 12,2%, já considerando os efeitos da inflação. Esse cenário evidencia que não apenas mais pessoas estão devendo, mas também que o comprometimento financeiro se tornou mais profundo e duradouro.

A distribuição de renda entre os inadimplentes reforça a desigualdade econômica. Atualmente, 48% dos brasileiros com dívidas em atraso possuem renda de até um salário mínimo, enquanto outros 30% recebem até dois salários mínimos. Ou seja, quase 80% dos inadimplentes estão concentrados nas faixas de menor renda, o que limita ainda mais a capacidade de recuperação financeira dessas famílias.

Outro dado alarmante é a reincidência. Cerca de 42% dos inadimplentes em 2026 já estavam nessa condição há dez anos, o que representa aproximadamente 34 milhões de pessoas. Esse dado reforça a existência de um ciclo de endividamento difícil de ser rompido, no qual o consumidor sai momentaneamente da inadimplência, mas retorna pouco tempo depois.

Os dados mais recentes confirmam a escalada do problema. Em fevereiro de 2026, o Brasil registrou o maior número de inadimplentes de toda a série histórica, após 14 meses consecutivos de alta. Em janeiro, o número já era elevado, com 81,3 milhões de brasileiros endividados. No mesmo período, a faixa etária entre 41 e 60 anos liderou o ranking, representando 35,6% da população com nome negativado, seguida por pessoas entre 26 e 40 anos (33,5%), maiores de 60 anos (19,8%) e jovens entre 18 e 25 anos (11,1%).

A mudança no perfil dos inadimplentes também chama atenção. As mulheres passaram a ser



maioria, somando 40,4 milhões em 2026, frente a 27,7 milhões em 2016. Além disso, houve um envelhecimento da população endividada, com aumento significativo entre idosos e redução proporcional entre os mais jovens.

O impacto da inadimplência vai além das finanças individuais e atinge diretamente a economia. Com mais brasileiros endividados, há uma redução na capacidade de consumo, o que afeta o comércio, desacelera a atividade econômica e compromete o crescimento do país. Ao mesmo tempo, cresce a dependência do crédito, especialmente em um cenário de juros elevados.

Esse contexto revela uma das principais contradições da economia. Apesar de o desemprego estar em níveis historicamente baixos, cerca de 79,5% das famílias iniciaram 2026 endividadas. Especialistas apontam que ter emprego já não é suficiente para garantir estabilidade financeira, uma vez que o custo de vida elevado e a desvalorização da moeda reduzem o poder de compra da população.

No Brasil, o crédito tem sido utilizado de forma diferente de países como Estados Unidos e China, onde é mais comum seu uso para aquisição de bens duradouros. Por aqui, ele é frequentemente destinado a despesas básicas do dia a dia. Mais de 85% das dívidas estão concentradas no cartão de crédito, e, para cerca de 20% das famílias, mais da metade da renda mensal já está comprometida com o pagamento de débitos.

Um fator recente que tem agravado esse cenário é o crescimento das apostas online. Conhe-

cidas como “bets”, essas plataformas têm impactado diretamente o orçamento das famílias. Dados indicam que 57% dos endividados relatam que seus problemas financeiros começaram após o ingresso nas apostas, enquanto 44% afirmam apostar na tentativa de quitar dívidas anteriores, o que acaba aprofundando ainda mais o endividamento.

Para o economista Vivaldo Lopes, o aumento da inadimplência está diretamente ligado à expansão do crédito e às transformações tecnológicas no sistema financeiro. Ele explica que o surgimento das fintechs e dos bancos digitais, a partir de 2015, ampliou significativamente a bancarização no país.

Segundo o especialista, a facilidade de abrir contas e obter cartões de crédito em poucos minutos contribuiu para o aumento do consumo. “Cerca de 95 milhões de pessoas passaram a ter acesso ao sistema bancário, muitas delas sem histórico anterior de crédito. O cartão de crédito é um crédito pré-aprovado. Muitas pessoas confundem isso com renda e acabam gastando além do que podem pagar”, afirma.

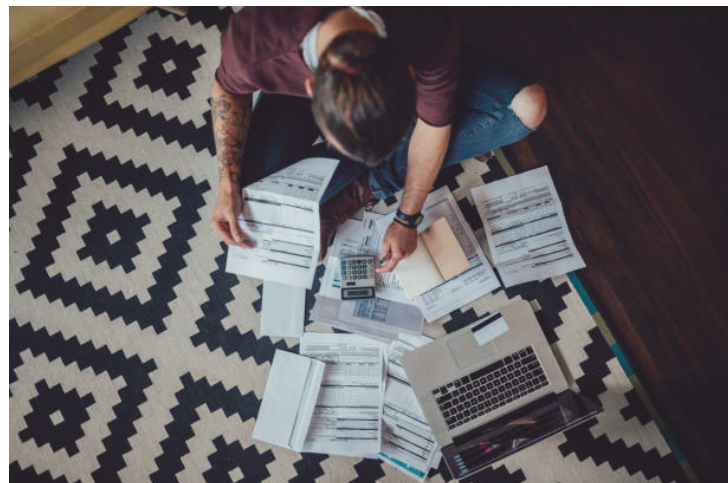
Ele também destaca que, ao longo dos anos, políticas públicas estimularam o consumo por meio da ampliação do crédito, incluindo programas de renegociação de dívidas e a expansão do crédito consignado. Segundo ele, trata-se de um conjunto de fatores que envolve a digitalização, a facilidade de acesso ao crédito, o estímulo ao consumo e a baixa educação financeira, criando um ambiente propício ao endividamento.

Outro ponto crítico

são os juros elevados. Enquanto o crédito consignado apresenta taxas mais baixas, o rotativo do cartão de crédito pode ultrapassar 400% ao ano. Isso faz com que pequenas dívidas se transformem rapidamente em valores impagáveis, contribuindo para o aumento da inadimplência.

Apesar disso, o economista ressalta que o problema não está apenas na renda. “Já atendi pessoas com renda alta completamente endividadas e outras com renda menor que conseguem poupar. O que pesa é a falta de educação financeira e de controle sobre os gastos”, pontua.

A digitalização bancária também tem papel central nesse cenário. Atualmente, 82% das transações financeiras no Brasil são realizadas por canais digitais, principalmente pelo celular. O Pix, por exemplo, registrou crescimento expressivo e se tornou uma das principais formas de pagamento no país. Ao todo, foram mais de 208 bilhões de transações bancárias em 2024, sendo 75% realizadas via



mobile banking.

Esse avanço trouxe praticidade e inclusão financeira, mas também ampliou o acesso ao crédito e facilitou o consumo impulsivo. A facilidade de contratar serviços, realizar compras e obter crédito diretamente pelo celular contribuiu para o descontrole financeiro, especialmente entre consumidores sem planejamento.

A realidade dos números se reflete na vida de brasileiros como a servidora pública Rosemeire Silva, de 43 anos. Ela relata que começou a perceber o endividamento quando suas despesas básicas passaram a superar a renda mensal. “Ser mãe solo e ter apenas uma renda enquanto ainda estava em formação universitária foram fatores decisivos”, conta.

Segundo ela, a situação se agravou com a aquisição do imóvel próprio e a ausência de uma reserva de emergência. “Quando não temos uma reserva, qualquer imprevisto compromete toda a organização financeira e pode virar uma bola de neve”, afirma.

Rosemeire também destaca o impacto do custo de vida. “Hoje, ter moradia adequada, transporte e saúde não é luxo, é necessidade básica. Moro em uma cidade com custo de vida alto, o que pesa muito no orçamento”, relata.

Ela reconhece que a falta de planejamento e de educação financeira contribuiu para o problema, afirmando que não tinha o hábito de organizar os gastos e que, se tivesse tido acesso à educação financeira desde a infância, teria

desenvolvido maior noção e responsabilidade. A personagem também destaca que os efeitos do endividamento vão além das finanças, revelando que, mesmo quando as dívidas estão em dia, a situação afeta seu emocional, causando preocupação constante e dificuldades para dormir diante das obrigações.

Apesar das dificuldades, busca soluções por meio de renegociação de dívidas e aprendizado. “Hoje entendo melhor o processo. Meu principal aprendizado foi a importância da orientação e do planejamento”, afirma. Para quem enfrenta situação semelhante, ela aconselha: “Reveja suas escolhas e busque conhecimento sobre finanças”.

Diante desse cenário, especialistas defendem que medidas emergenciais, como programas de renegociação, são importantes, mas insuficientes para resolver o problema estrutural. Sem mudanças profundas, como aumento da renda, controle do crédito e ampliação da educação financeira, o país tende a manter o ciclo de endividamento.

A inadimplência recorde registrada em 2026 não é apenas um reflexo das dificuldades econômicas recentes, mas o resultado de uma transformação no comportamento financeiro da população brasileira. Entre crédito fácil, consumo impulsionado, tecnologia acessível e falta de planejamento, o país enfrenta o desafio de equilibrar inclusão financeira com responsabilidade, uma equação que, até agora, segue sem solução definitiva.



EM CONSTRUÇÃO | LUCAS LEITE

“Segundo turno é que define alianças”, diz Júlio Campos sobre eleição de 2026 em Mato Grosso

Deputado estadual diz que disputas internas devem ser evitadas e que decisões políticas precisam respeitar o resultado das urnas

O deputado estadual Júlio Campos (DEM) afirmou que o cenário político de Mato Grosso para as eleições de 2026 deve ser marcado por disputa no primeiro turno e construção de alianças apenas na etapa final do processo eleitoral. O parlamentar defendeu que o eleitor deve ter liberdade para escolher inicialmente os candidatos e programas de governo, e que somente após o resultado das urnas as articulações políticas devem ser feitas.

Segundo ele, a lógica de formação de alianças antecipadas pode distorcer o debate democrático e enfraquecer a vontade popular. Para Campos, o segundo turno deve ser o momento de reorganização das forças políticas.

“Vai ter o segundo turno. No segundo turno é que a gente faz as coligações. Deixa o eleitorado, democraticamente, escolher o melhor programa de governo e o melhor candidato vai se impor”, afirmou o deputado, ao comentar o cenário eleitoral futuro no estado.

A declaração ocorre em meio a movimentações de partidos e lideranças políticas que já começam a se posicionar para a disputa de 2026, especialmente em relação ao governo estadual e às vagas no Senado Federal.

Júlio Campos destacou que, até o momento, não há definição sobre nomes que irão compor possíveis chapas majoritárias, seja para o governo ou para o Senado. Ele afirmou que o processo ainda está em construção dentro das siglas partidárias e que

qualquer antecipação de candidaturas seria precipitada.

“Ninguém pensou nisso ainda, mas pode surgir. O importante é que as decisões sejam tomadas com calma e dentro do partido, sem imposição”, disse.

O deputado também citou a possibilidade de diferentes lideranças políticas disputarem espaço dentro das convenções partidárias, defendendo que o processo interno deve ser respeitado como parte essencial da democracia.

“Pode ser eu, posso ser soldado do partido, pode ser o Dilmir Dal Bosco, que é um homem de prestígio em todo o Estado. O candidato será definido de forma pacífica”, afirmou.

Para ele, a definição de candidaturas deve ocorrer sem conflitos internos que possam enfraquecer os grupos políticos. Júlio Campos defendeu uma postura de pacificação dentro das siglas e evitou antecipar disputas internas mais intensas.

O parlamentar reforçou a necessidade de unidade política e criticou o que chamou de “guerra antecipada” entre grupos dentro do próprio campo político.

Segundo ele, disputas internas antes do período eleitoral podem prejudicar a construção de alianças e até inviabilizar chapas completas.

“O candidato não pode entrar em guerra. Isso só causa problema. Se houver guerra, talvez o partido não fique nem com chapa completa”, alertou.

Júlio Campos defendeu ainda que as divergên-

cias políticas sejam resolvidas dentro das convenções partidárias, quando os filiados escolhem oficialmente seus candidatos.

“Vai ganhar quem tiver mais votos na convenção. Isso é democracia”, disse.

O deputado também comentou, de forma direta, a relação com o governador Mauro Mendes e outros grupos políticos do Estado. Em tom crítico, afirmou que cada liderança deve seguir seu próprio caminho político.

“Mauro Mendes já está liberado. Nós já falamos isso há seis meses. Larga da nossa vida, se cuide do seu caminho que nós vamos cuidar do nosso”, declarou.

A fala evidencia um distanciamento político entre setores da oposição e da base governista, refletindo o ambiente de reorganização das forças políticas em Mato Grosso para os próximos anos.

Júlio Campos também mencionou o ex-governador Jayme Campos como possível nome competitivo no cenário estadual, reforçando que decisões serão tomadas dentro das regras partidárias.

“Jayme Campos é candidato a governador. Vai ganhar quem tiver mais votos na convenção”, afirmou.

Um dos pontos centrais da fala do deputado foi a defesa do processo democrático e da soberania do voto popular. Para ele, a população deve ser a principal responsável por definir os rumos da eleição, sem interferências excessivas de articulações prévias.

Campos afirmou que a disputa eleitoral não deve



ser reduzida a fatores econômicos ou de influência política.

“Não é só dinheiro que ganha eleição, não é só poder. O povo decide”, declarou.

O parlamentar defendeu que o processo eleitoral seja conduzido de forma transparente e competitiva, permitindo que diferentes projetos políticos sejam avaliados pela população.

Júlio Campos recorreu a exemplos históricos da política mato-grossense para ilustrar sua visão sobre disputas eleitorais e resultados inesperados.

Ele citou a eleição de 1965, quando a então UDN realizou uma convenção em Três Lagoas que reuniu grandes lideranças políticas da época. Segundo ele, mesmo com forte estrutura e apoio político, o resultado final surpreendeu.

“Naquela época, tinha o Garcia Neto, o José

Fragelli e o Lúdio Martins Coelho, que era um grande empresário. Mas quem ganhou foi um nome pouco conhecido, o Pedro Pedrociano”, relatou.

Campos destacou que, apesar da força política dos concorrentes, o resultado foi decidido pela dinâmica eleitoral e pelo apoio popular, e não pela estrutura ou poder econômico.

“O candidato mais forte não venceu. Quem ganhou foi quem conseguiu se conectar com o eleitor”, afirmou.

O deputado também fez críticas ao cenário político atual, afirmando que há excesso de influência de grupos organizados e pouca abertura para disputas mais amplas.

Ele defendeu que a imprensa e os atores políticos adotem uma postura mais equilibrada na cobertura e na condução do debate público.

“Vocês estão muito go-

vernistas. É preciso olhar com mais equilíbrio. O jornalismo precisa ser mais independente”, disse.

Para Campos, a democracia depende de pluralidade de opiniões e de liberdade para que diferentes projetos políticos sejam apresentados à população.

Júlio Campos reforçou sua defesa do segundo turno como um instrumento essencial para garantir equilíbrio político e ampliar o debate eleitoral.

Segundo ele, o primeiro turno serve para a apresentação de ideias e projetos, enquanto o segundo turno é o momento de definição e união de forças.

“No segundo turno é que se constrói o acordo. É ali que as forças políticas se reorganizam”, explicou.

Para o deputado, esse modelo fortalece a democracia e permite que o eleitor tenha mais clareza sobre as propostas apresentadas.

DE UM MILHÃO DE ACESSOS

www.copopular.com.br

Popular 26 ANOS

al.mt.gov.br | [assembleiamt](https://www.instagram.com/assembleiamt) | [FaceALMT](https://www.facebook.com/FaceALMT) | [Canal 30.1](https://www.youtube.com/Canal30.1) | [@TVAssembleiaMT](https://www.tiktok.com/@TVAssembleiaMT) | 89,5 fm

leis *transformam* vidas

A ALMT aprovou
a lei que institui
fundos estaduais
para fomento da
Saúde Pública

 Lei Ordinária N° 12.030, de 22 de março de 2023



ALMT
Assembleia Legislativa

Unindo vozes, fortalecendo cidades.